

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

No Maranhão, violência e disputa eleitoral de dinastias

Na tarde do dia 19 de agosto de 2022, o empresário João Bosco Pereira Oliveira Sobrinho foi morto a tiros em frente ao edifício Tech Office, conhecido prédio comercial no bairro Ponta d’Areia, em São Luís. As suspeitas são de que o episódio tem a ver com mais um dos muitos casos de corrupção que há pelo Brasil.

Mas pode se tornar a chave da disputa pelo poder entre novas e velhas oligarquias do Maranhão, a julgar pelo que disse o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, quando determinou o afastamento de Daniel Itapary Brandão, por 180 dias, da presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Daniel é sobrinho do governador Carlos Brandão (MDB), ambos integram uma dinastia em formação no estado, após o declínio da família Sarney e o afastamento de Flávio Dino do comando do governo para assumir como ministro do STF. Seu primo, Orleans Brandão, é o candidato a governador pelo MDB, cujo pai, Marcus Brandão, é considerado o homem forte nos bastidores da política no estado.

Carlos Brandão assumiu o governo como vice do então governador Flávio Dino. Havia um acordo para que o vice de Brandão, Felipe Camarão (PT), fosse o candidato do grupo à sucessão. Mas Brandão não cumpriu o acerto. Lançou Orleans para dar impulso a uma nova dinastia no poder. Desde então, Dino e a família Brandão estão rompidos. Para afastar

o presidente do TCE, o ministro argumentou que é preciso aprofundar as investigações para esclarecer o eventual envolvimento de Daniel Brandão no homicídio e nos desvios de recursos públicos.

“As investigações trazem sérios elementos de prova de que, desde o momento do crime até os dias atuais, o grupo investigado tem lançado mão de todas as ações ao seu alcance para blindar a identificação de Daniel Brandão em tal investigação”, escreveu Dino.

Um dos assassinos disse em depoimento que Daniel Brandão estava no local do crime – o edifício Tech Office – e que tudo se deve a uma briga por divisão de propina obtida em decisão da Secretaria de Educação, que estava na órbita do petista Felipe Camarão.

Agora, nas eleições, Camarão é o candidato a governador do grupo de Dino. Disputa contra a dinastia Brandão e contra uma curiosa terceira via representada pelo ex-prefeito de São Luiz Eduardo Braide (PSD), cuja chapa ao Senado vai do ex-ministro de Lula André Fufuca (PP) ao bolsonarista Lahesio Bonfim (agora no Novo). Braide, é a terceira via e o cenário ainda está muito incerto.

A chapa de Orleans Brandão, o sobrinho do governador, tem dois nomes de peso: a ex-governadora Roseana (MDB), filha do ex-presidente José Sarney, e o atual senador Weverton Rocha (PDT). A chapa de Camarão vem com a atual senadora Eliziane Gama (ex-PSD, agora no PT) e Enilton Rocha (Psol).

As urnas em outubro vão revelar se o Maranhão prefere estabelecer de vez o domínio de um arranjo familiar com traços oligárquicos que tenta substituir o clã Sarney, ou se opta por uma coalizão do centrão com o bolsonarismo. Ou ainda, se decide por retomar a via esquerdista que elegeu Dino 12 anos atrás.

JOLIVALDO FREITAS

Romancista, jornalista e especialista em marketing político

Bancos odeiam clientes na porta

A paralisação nacional dos bancários, ocorrida recentemente, expõe uma realidade que milhões de brasileiros já enfrentam diariamente: o desaparecimento gradual do atendimento humano nas agências. A paralisação nacional de 24 horas iniciada pelos bancários pode até ter durado pouco, mas chama atenção para um problema que vem se agravando há anos no sistema financeiro brasileiro: o cliente está cada vez mais sozinho.

Nos bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa, o atendimento presencial nas agências piora continuamente. São raros os funcionários e a demanda é grande, gerando filas para serviços simples que se transformam em peregrinação. São reclamações sobre a falta de disposição no atendimento ao público.

Existem funcionários competentes, dedicados e sobrecarregados. Mas a imagem de um serviço público lento e distante do cidadão continua sendo uma marca histórica do Brasil, herdada de uma velha estrutura burocrática que remonta aos tempos da administração portuguesa e que, em muitos setores, parece resistir ao tempo. Quando se tem muito dinheiro, os gerentes até são simpáticos, mas é uma gentileza em busca de cumprir metas — e estou falando dos bancos privados. Nos públicos, o salário pinga de qualquer jeito. Fazer força para quê?

A tendência, infelizmente, é piorar. A redução dos quadros de funcionários e a transformação digital diminuem progressivamente a importância das agências físicas. Quem precisa resolver um problema presencialmente — especialmente idosos, aposentados, pessoas com pouca familiaridade com a tecnologia ou moradores de regiões sem bom acesso à internet — encontra cada vez mais dificuldades.

Nos bancos privados, a estratégia parece ainda mais clara: cortar despesas, fechar agên-

cias, demitir funcionários e transferir o máximo possível das operações para aplicativos, sites, caixas eletrônicos e outros canais eletrônicos. O cliente é estimulado — e muitas vezes praticamente obrigado — a resolver sozinho aquilo que antes fazia diante de um funcionário. Era para ser atendido com cortesia. Banco não existe sem dinheiro do cliente.

Os números mostram a dimensão da mudança. Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 83% das 240,8 bilhões de transações bancárias realizadas em 2025 ocorreram por canais digitais, como aplicativos e internet banking. Agências e caixas eletrônicos responderam por apenas 6% das operações.

Desde 2015, o Brasil perdeu 9,5 mil agências físicas e 92,3 mil postos de trabalho no setor bancário. Enquanto isso, o número de clientes cresceu e chegou a 175,2 milhões de usuários ativos. As fintechs também avançaram e já reúnem milhões de clientes em todo o país.

Nesse cenário, os bancários entraram em paralisação após rejeitarem uma proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). A categoria reivindica aumento real de 5%, reposição da inflação, elevação do piso salarial e maior participação nos lucros e resultados. Os trabalhadores também criticaram a ausência de definição sobre índices de reajuste nas negociações.

Aqui está uma ironia fina: mesmo quando não há paralisação, muitos brasileiros já convivem diariamente com um sistema bancário onde encontrar alguém para atender pessoalmente está se tornando cada vez mais difícil. A modernização deixa de ser uma opção e se transforma em imposição.

No ritmo atual, o banco do futuro poderá ter cada vez menos portas, menos funcionários e menos contato humano. Será moderno, digital e lucrativo. Mas para o cliente que precisar de ajuda de verdade, talvez seja também mais distante do que nunca. Banco será de portas fechadas. Quer apostar? Já bati a cara em várias agências da CEF e do BB. As luzes, apagadas.

EDITORIAL

Focinheira não tira a responsabilidade sobre cães

A discussão em torno da condução de cães em espaços públicos volta periodicamente ao debate público com soluções simplistas para problemas complexos. A tentativa de impor o uso obrigatório de focinheira com base unicamente no porte do animal, ignorando seu temperamento e manejo, é o exemplo claro de uma medida que ataca o sintoma errado. Segurança de verdade não se constrói sufocando cães na calçada, mas exigindo responsabilidade irrestrita de quem está do outro lado da guia.

Do ponto de vista técnico e veterinário, a obrigatoriedade genérica fundamentada no peso do animal é uma falha grave. O cão não possui glândulas sudoríparas como os humanos e realiza sua troca térmica quase exclusivamente pela respiração, mantendo a boca aberta e a língua para fora para resfriar o organismo. Impor uma focinheira, muitas vezes inadequada ou mal ajustada, sob o calor urbano impede essa ventilação natural, expondo o animal a um risco de hipertermia e colapso cardiopulmonar. A focinheira mal utilizada não previne acidentes; ela pode matar o cão.

Enquanto projetos genéricos tentam disciplinar o passeio do cão de grande porte dócil, como um Golden Retriever ou Labrador, a realidade das estatísticas aponta para outra direção. A vasta maioria dos ataques graves registrados não ocorre com animais conduzidos na guia, mas sim com cães mantidos soltos nas ruas, que escapam por falta de contenção adequada nos imóveis ou que sofrem maus-tratos de tutores irresponsáveis. O problema central reside no comportamento humano, não na biologia do animal.

Ao optar por restrições genéricas, o poder público comete a injustiça de punir o animal, submetendo-o ao estresse e ao risco de vida, em vez de focar no verdadeiro culpado: o tutor. A Lei Estadual nº 11.531/2003 já estabelece regras para a circulação de raças específicas de grande porte e força física, como Pit Bull, Rottweiler e Mastim Napolitano. O que falta nas cidades não é o surgimento de novas exigências para quem já cumpre a lei, mas sim fiscalização efetiva e punição severa, civil e criminal, para os donos negligentes.

Se a intenção do Executivo e do Legislativo é zerar os episódios trágicos, o caminho deve espelhar experiências internacionais bem-sucedidas. Em diversos países, a legislação restringe a própria posse e criação de determinadas raças de alto potencial de estrago.

Proteger a população exige fiscalizar o condutor e punir rigorosamente a omissão. O cão não pode pagar com a própria vida pela incapacidade humana de exercer a guarda responsável.

OPINIÃO DO LEITOR

Fase sombria

É só abrir os jornais, assistir os noticiários de tevê ou ouvir o rádio para dar de cara com uma fase sombria do Brasil: corrupção, tráfico de drogas, violência, jovens viciados, impunidade.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Afonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057

BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasilia - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal